



(<http://pautanoponto.info/>)



Autonomia dos entes federados para dispor sobre seus bens

3 de janeiro de 2021

ADI 927 (<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=1570900>) – Ministro Nunes Marques

Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo Governador do Rio Grande do Sul em 1993, na qual impugnados diversas expressões de dispositivos da Lei de Licitações (Lei 8.666/1993), pelos quais a União teria extrapolado sua competência legislativa concorrente para dispor sobre regras gerais de licitação e contratos (inc. XXVII do art. 22 da Constituição Federal), desrespeitando, assim, a autonomia dos Estados-membros e municípios na repartição de competências, como quando estabelece vedação de permuta e doação de bens, móveis e imóveis, das entidades locais.

Em 1993, o Plenário do STF concedeu em parte a medida cautelar requerida, constando do acórdão a

f <http://www.facebook.com/sharer.php?>

t (<http://twitter.com/share?>

in (<http://www.linkedin.com/shareArticle?>

EMENTA: CONSTITUCIONAL. LICITAÇÃO. CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA. Lei n. 8.666, de 21.06.93. I. – Interpretação conforme dada ao art. 17, I, “b” (doação de bem imóvel) e art. 17, II, “b” (permuta de bem móvel), para esclarecer que a vedação tem aplicação no âmbito da União Federal, apenas. Idêntico entendimento em relação ao art. 17, I, “c” e par. 1. do art. 17. Vencido o Relator, nesta parte. II. – Cautelar deferida, em parte.

Acórdão publicado no Diário da Justiça de 11.11.1994.

O parecer da Procuradoria Geral da República é pela confirmação da medida cautelar. O processo estava na relatoria do Min. **Celso de Mello** desde 1999, tendo sido herdado pelo Min. **Nunes Marques**.

A ação estava prevista para a sessão presencial do Plenário em 25.2.2021 (<https://pautanoponto.info/event/stf-plenario-6-2021/>), mas foi retirada pelo Presidente, sem previsão de nova data.

Tags : ADI (<http://pautanoponto.info/arquivos/tag/adi>)

competência legislativa (<http://pautanoponto.info/arquivos/tag/competencia-legislativa>)

direito administrativo (<http://pautanoponto.info/arquivos/tag/direito-administrativo>)

Nunes Marques (<http://pautanoponto.info/arquivos/tag/nunes-marques>)

PUBLICAÇÕES RECENTES

Referendo à decisão que afasta a proibição de demissão por ausência de comprovante de vacinação contra a COVID-19 (<http://pautanoponto.info/arquivos/15472>)

17 de November de 2021

Uso do INPC como índice de reajuste de vencimentos dos servidores do Mato Grosso (<http://pautanoponto.info/arquivos/15470>)

17 de November de 2021

Forma de cobrança por telefone de consumidores inadimplentes no Amazonas (<http://pautanoponto.info/arquivos/15468>)

17 de November de 2021
f (<http://www.facebook.com/sharer.php?>

🐦 (<http://twitter.com/share?>

in (<http://www.linkedin.com/shareArticle?>

Constitucionalidade do art. 150 da Constituição do Estado de Alagoas (<http://pautanoponto.info/arquivos/12996>)

17 de November de 2021

Limites do direito autoral em relação à paródia musical
(<http://pautanoponto.info/arquivos/15464>)

16 de November de 2021

© 2021 Pauta no Ponto. Todos os Direitos Reservados.

[f](#) [G+](#) [t](#) [in](#)